



Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL

Handwritten signatures and initials in blue and purple ink.



TURIPENHA
COOPERATIVA DE
TURISMO DE INTERESSE
PÚBLICO, CRL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANO 2022





Handwritten notes in blue ink, including a checkmark and some illegible scribbles.

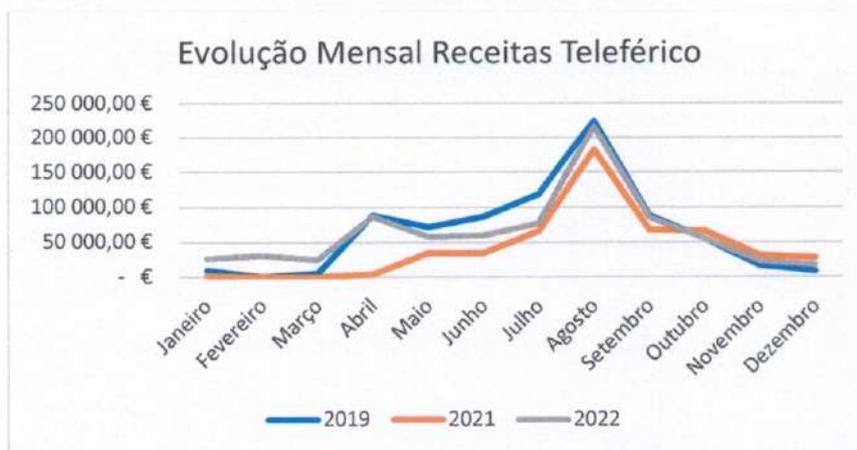
INTRODUÇÃO

Pretende a Direção, com a apresentação deste documento resumir, de forma sintética e objetiva, a atividade realizada pela Cooperativa Turipenha durante o exercício compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2022.

ATIVIDADE DO TELEFÉRICO

Como era de certa forma expetável, no decurso de 2022, assistimos a uma retoma muito significativa face aos valores dos anos transatos, nomeadamente 2020 e 2021, anos indubitavelmente marcados pelo surto pandémico que afetou toda a atividade turística em largos períodos do seu curso. Nesse sentido, o ano de 2022, sem qualquer restrição pandêmica, terá como referência, mais próxima o ano 2019, último ano em que a Cooperativa desenvolveu a sua atividade sem qualquer restrição de saúde pública. Tendo por base esta referência, apresentamos os dados tendo em consideração o ano anterior, 2021, mas também, pelo argumento exposto, referenciando de forma comparativa o ano de 2019.

Deste modo, em termos de receitas apuradas para o Teleférico detemos o seguinte gráfico representativo da sua evolução mensal (valor com IVA):



Pela representação gráfica facilmente percecionamos valores totais significativamente superiores em 2022 face a 2021, respetivamente um total de 756.370,90€ face a 509.362,75€. Por sua vez, em termos comparativos com 2019, registam-se valores muito



Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL

aproximados no seu registo acumulado, comparando-se o total de 772.090,99€, registado em 2019, face ao valor já referenciado de 756.370,90€, em 2022. Fica, desta forma evidente que o ano de 2022 foi de retoma muito significativa em termos de receitas associadas ao Teleférico, com valores muito aproximados a 2019, último ano de referência pré-pandemia. Por outro, da análise da evolução mensal, facilmente percebemos a sazonalidade associada ao período de Verão, sendo o agosto indiscutivelmente e de forma reiterada o mês que mais contribuiu para o agregado total. Do comparativo entre os anos em análise, destaque para os valores superiores obtidos em 2022 no arranque do ano, quer face a 2021, mas também a 2019, evoluindo, no 2º e 3º trimestre para valores muito próximos do contexto de 2019 (embora ligeiramente inferiores no período de verão) e, portanto, significativamente superiores a 2021. Por fim, no último trimestre, os valores de 2022 são novamente superiores aos de 2019, mas, ao invés dos registos a montante, neste caso o acumulado mais significativo ocorreu efetivamente em 2021.

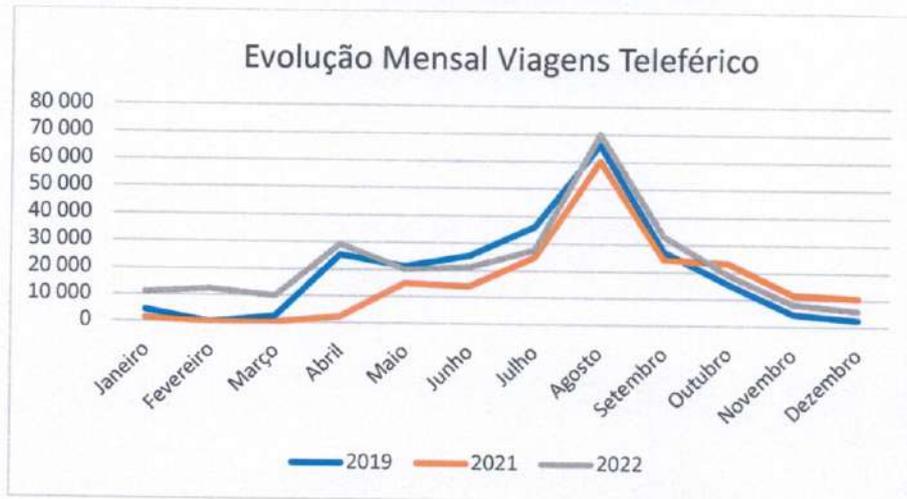
Estes registos de 2022, em termos de receitas, são ainda mais significativos quando realizamos uma análise comparativa do ano face à evolução histórica deste item, pautando-se, 2022, como o 2º registo mais elevado desde a data de abertura do Teleférico, apenas comparável, em valores acumulados, exatamente com o ano de 2019. Como forma de perceção destes registos apresentamos o seguinte gráfico demonstrativo (valor com IVA):





Handwritten notes and a checkmark in the top right corner.

Por sua vez, em termos de viagens efetuadas e considerando a mesma comparação homóloga, poderemos apresentar a seguinte representação gráfica:



Da interpretação gráfica, poderemos concluir que o ano de 2022 registou o maior número de viagens, num total de 267.686 mil, que representa um incremento face a 2021 (187.028 mil), mas igualmente face a 2019, ano em que se registaram 231.519 mil viagens. Face a estes dados, poderemos aferir que as viagens de 2022, apesar de superiores em valor absoluto, foram realizadas com valor unitário inferior às de 2019, justificando-se, dessa forma, o valor total de receitas ligeiramente inferior a 2019. De fato, tais dados são corroborados pela relação proporcional de residentes face ao peso total das viagens:

Ano	Residentes	Total	Peso no Total
2019	19280	231 519	8,33%
2021	14930	187 028	7,98%
2022	22984	267 686	8,59%

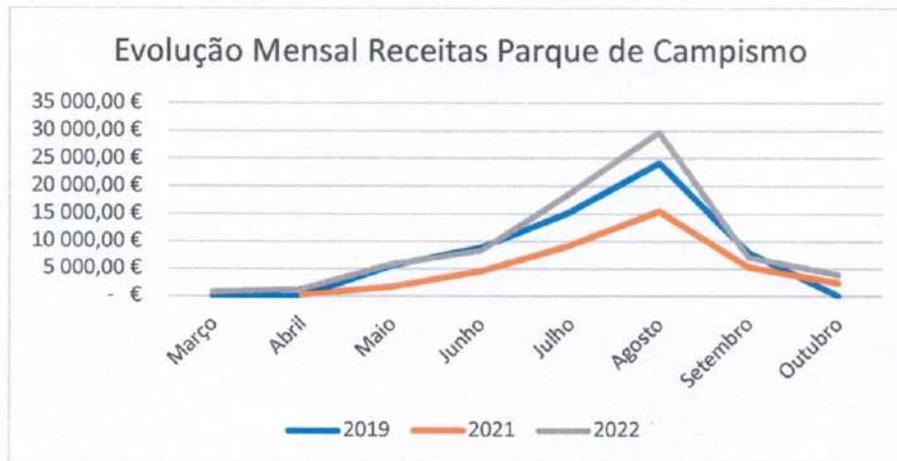
De fato, apesar do peso relativo do total de viagens não ser muito significativo, dado que as grandezas totais diluem essa diferença, importa sobretudo atentar para os valores absolutos registados no número de viagens efetuadas por residentes, sendo que neste caso, face a 2019, se registam efetivamente mais 3.704 viagens.



Handwritten notes in blue ink, including a checkmark and some illegible scribbles.

ATIVIDADE DO PARQUE DE CAMPISMO

Por sua vez, nos mesmo moldes comparativos e em termos de receitas apuradas para o Parque de Campismo, detemos o seguinte gráfico representativo (valor com IVA):



Face ao exposto, o ano de 2022 representa o maior valor acumulado em termos de receitas associadas ao Parque de Campismo, num total de 75.468,05€, que compara com os valores de 2021 (38.405,70€) e representa ainda um acréscimo face aos valores totais de 2019 (62.150,10€). Portanto, no caso do Parque de Campismo, ao contrário do Teleférico, ainda que neste caso com valores muito aproximados a 2019, registaram-se, efetivamente, valores superiores aos de 2019.

Aliás, estes valores são confirmados pelos números registados de dormidas e entradas, dos quais apresentamos o seu registo mensal nos anos em análise:

Anos	2019	2021	2022
Abril	0	32	468
Maio	1203	492	1357
Junho	2051	1166	2101
Julho	5338	2484	4882
Agosto	7060	3861	22842
Setembro	1671	1165	1594
Outubro	0	432	576
TOTAL	17323	9632	33820

Destes dados destaque para o mês de agosto de 2022, que sendo o mês habitualmente com os registos mais elevados, atingiu, em termos comparativos um aumento muito



Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL

Handwritten initials and a checkmark in blue ink.

significativo face aos anos transatos. Registaram-se assim, em 2022, um total de 33.820 dormidas e entradas, face a 9.632 de 2021 e de 17.323 registadas no decurso de 2019.

EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES

No decurso de 2022 não ocorreram as habitualmente designadas “grandes manutenções”, intervenções que decorrem da imposição periódica definida pela construtora POMA. Nesse sentido, foram apenas realizadas pequenas obras de manutenção, em particular no Parque de Campismo da Penha e decorrentes diretamente do próprio Contrato Programa com o Município de Guimarães e no qual estabelece como obrigações da Cooperativa “assumir todos os custos e encargos que digam respeito mera conservação e manutenção do equipamento e infraestrutura”.

POLÍTICA DE PROMOÇÃO E PUBLICIDADE

- Em 2022 e a exemplo dos anos anteriores mantemos e ampliamos a divulgação do Teleférico e do Parque de Campismo junto dum conjunto de instituições públicas e privadas. Para o efeito, utilizamos a comunicação de correio eletrónico mais tradicional, assim como, intensificámos a aposta nas nossas redes sociais, permitindo usufruir dum alcance significativo sem qualquer custo associado.
- Realizamos ainda, sobretudo no decurso do Verão, um conjunto de ações promocionais, com distribuição de informações em suporte físico, privilegiando os locais e parceiros estratégicos da área de atuação turística.
- Por outro, iniciamos igualmente a reestruturação do nosso site institucional, o que nos permitirá, dessa forma, capitalizar todas as iniciativas e ações levadas a cabo pela Cooperativa, assim como, potencializar eventuais sinergias em termos da agenda turística realizadas pelo Município Vimaranesense e outras instituições de atividade e promoção turística.
- Apostamos ainda na incrementação da articulação com o departamento de Comunicação do Município de Guimarães, de forma a que o Teleférico e o Parque de Campismo fossem promovidos juntamente com o destino Guimarães, usufruindo assim



Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL

Handwritten signatures and initials in blue ink.

da sinergia de promoção quer através de ações diretas dos Serviços de Turismo de Guimarães, quer através da colaboração com entidades com competência nessa área, nomeadamente o Turismo de Portugal e o Turismo do Porto e Norte de Portugal.

- Por fim, continuamos a associar-nos a todas as iniciativas que, ainda que promovidas por outras entidades, contribuíram para a divulgação e promoção do Teleférico e do Parque de Campismo da Penha, como por exemplo o evento anual “Vai-m`à Banda” e as iniciativas promovidas ao nível do Plano e Atividades da própria Irmandade da Penha, entre outras iniciativas de diversa ordem.

POLÍTICA DE PESSOAL

- A Direção da Cooperativa Turipenha no decurso da sua atividade tem, em diferentes momentos, procurado as boas práticas em termos de gestão dos seus recursos humanos, sobretudo tendo em vista assegurar as condições de trabalho dos seus colaboradores. Nesse sentido, vigora atualmente o normativo associado ao Contrato Coletivo de Trabalho para o setor da Hotelaria, Restauração e Similares, sendo que se iniciou, no final de 2022, um processo de estudo organizacional, com implementação para 2023 e com o qual se pretende rever as questões relacionadas com o planeamento das carreiras dos seus colaboradores, assim como, da sua respetiva política salarial.
- No âmbito do Contrato Programa celebrado com o Município de Guimarães e a exemplo dos anos anteriores, admitimos, por contrato a termo certo, o número de pessoas estritamente necessário para assegurar o funcionamento do Parque de Campismo da Penha durante a época que, conforme determina o contrato, ocorreu de 14 de abril a 30 de outubro de 2022.

AGRADECIMENTOS

A atividade desenvolvida no decurso de 2022 apenas foi apenas possível pelo contributo de um conjunto alargado de pessoas e instituições pelo que devemos igualmente um agradecimento especial:



Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL

Handwritten notes in blue ink, including a checkmark and some illegible scribbles.

- Aos milhares de Clientes que durante o ano de 2022 incluíram o Teleférico e o Parque de Campismo nos seus momentos de lazer;
- Aos nossos Colaboradores, pela dedicação e empenho no trabalho realizado;
- Aos nossos diversos parceiros, quer comerciais quer institucionais;
- Ao Município de Guimarães e desta forma também a todas as entidades singulares e coletivas que fruto da sua atividade ajudam a promover o Teleférico e o Parque de Campismo da Penha.

CONCLUSÃO

Após a apresentação deste conjunto de informações cumpre-nos colocar à consideração dos Cooperantes, para discussão e votação o seguinte:

1. O Balanço, a Demonstração de Resultados e o Anexo as contas em 31 de dezembro de 2022, aprovadas em reunião de Direção de 08 de março de 2022, documentos que evidenciam com fidelidade os registos contabilísticos e a situação económica e financeira da Cooperativa de conformidade com o quadro legal em vigor;
2. A proposta de aplicação do Resultado Líquido obtido, no valor de 172.872,69€ (cento e setenta e dois mil oitocentos e setenta e dois euros e sessenta e nove cêntimos), para que sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

Guimarães, 16 de março de 2023

A Presidente da Direção,

(Handwritten signature of Sofia Ferreira)

(Dr.ª Sofia Ferreira).



Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

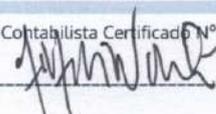
Turipenha

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		Dez 2022	Dez 2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	1.102.180,02	1.323.756,74
Ativos intangíveis	7	265.643,20	278.778,27
Outros investimentos financeiros		1.821,31	2.384,86
Ativos por impostos diferidos	14	58.316,42	60.009,72
		1.427.960,95	1.664.929,59
Ativo corrente			
Clientes	15	14.108,05	15.808,53
Estado e outros entes públicos	14	152.501,72	179.504,87
Capital subscrito e não realizado	15	193,26	193,26
Outros créditos a receber	6;15	148,99	7.424,80
Diferimentos		4.808,92	3.994,94
Caixa e depósitos bancários	4	1.120.162,63	665.768,98
		1.291.923,57	872.695,38
Total do ativo		2.719.884,52	2.537.624,97
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	15	4.209.876,88	4.212.376,88
Resultados transitados		-2.300.792,89	-2.300.820,47
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	12	394.056,00	394.056,00
Resultado líquido do período		172.872,69	27,58
Total do capital próprio		2.476.012,68	2.305.639,99
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	15	31.712,59	28.015,47
Estado e outros entes públicos	14	21.986,01	13.155,57
Outras dívidas a pagar	6;15	190.173,24	190.813,94
		243.871,84	231.984,98
Total do passivo		243.871,84	231.984,98
Total do capital próprio e do passivo		2.719.884,52	2.537.624,97

Demonstração dos Resultados por
Naturezas - (modelo normal)
do período findo em 31-12-2022
(montantes em EURO)

TURIPENHA - Cooperativa de Turismo de
Interesse Público, CRL.

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		Dez 2022	Dez 2021
Vendas e serviços prestados	11	784.578,54	516.818,96
Subsídios à exploração	12	74.021,56	145.401,49
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-23,91	-30,39
Fornecimentos e serviços externos	18	-130.586,42	-135.228,30
Gastos com o pessoal	6;16	-328.047,96	-316.054,27
Outros rendimentos	11	24.431,74	30.634,99
Outros gastos		-3.295,25	-2.623,06
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		421.078,30	238.919,42
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7;8	-237.044,84	-236.900,30
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		184.033,46	2.019,12
Juros e gastos similares suportados			-0,05
Resultado antes de impostos		184.033,46	2.019,07
Imposto sobre o rendimento do período	14	-11.160,77	-1.991,49
Resultado líquido do período		172.872,69	27,58



Demonstração dos Fluxos de Caixa
do período findo em 31-12-2022
(montantes em EURO)

TURIPENHA - Cooperativa de Turismo de
Interesse Público, CRL.

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		Dez 2022	Dez 2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		836.195,97	548.571,06
Pagamentos a fornecedores		154.019,89	241.872,89
Pagamentos ao pessoal	16	328.500,44	315.696,88
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		<u>353.675,64</u>	<u>-8.998,71</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		298,19	299,29
Outros recebimentos/pagamentos		109.556,77	172.392,68
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		<u>462.934,22</u>	<u>163.094,68</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	8	2.530,18	312.555,51
<i>Investimentos financeiros</i>		914,31	630,54
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		<u>-3.444,49</u>	<u>-313.186,05</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Juros e gastos similares</i>		2.596,08	1.577,99
<i>Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>		2.500,00	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		<u>-5.096,08</u>	<u>-1.577,99</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>454.393,65</u>	<u>-151.669,36</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período		665.768,98	817.438,34
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1.120.162,63	665.768,98

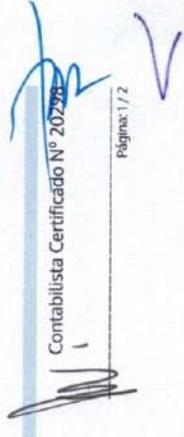


Demonstração das Alterações no Capital Próprio
do período findo em 31-12-2022
(montantes em EURO)

TURIPENHA - Cooperativa de Turismo de Interesse Público,
CRL.

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Subscrito	Ações(quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	6	4.212.376,88						-2.300.820,47	27,58	394.056,00	27,58	2.305.639,99		2.305.639,99
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7							27,58			-27,58			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							27,58						
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8										172.872,69	172.872,69		172.872,69
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Outras operações	6	-2.500,00										-2.500,00		-2.500,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	10	4.209.876,88						-2.300.792,89		394.056,00	172.872,69	2.476.072,68		2.476.072,68
	6+7+8+10													

Administração



Contabilista Certificado Nº 20298

Página: 1 / 2

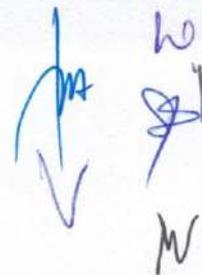
Demonstração das Alterações no Capital Próprio
do período findo em 31-12-2022
(montantes em EURO)

TURIPENHA - Cooperativa de Turismo de Interesse Público,
CRL.

DESCRÇÃO	Notas	Capital Subscrito	Ações(quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1	4.212.376,88						-2.051.630,90		394.056,00	-249.189,57	2.305.612,41		2.305.612,41
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2							-249.189,57			249.189,57			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							-249.189,57			249.189,57			
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3										27,58	27,58		27,58
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											27,58	27,58		27,58
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	5	4.212.376,88						-2.300.820,47		394.056,00	27,58	2.305.639,99		2.305.639,99
	6=1+2+3+5													



Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANO 2022

Turipenha Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL

ÍNDICE

1 - Identificação da entidade e período de relato.....	5
1.1 - Dados de identificação.....	5
1.2 - Sede.....	5
1.3 - Natureza da atividade.....	5
2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	5
2.1 - Referencial contabilístico utilizado.....	5
2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras.....	6
2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.....	6
3 - Principais políticas contabilísticas.....	6
3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	6
3.2 - Juízos de valor (excluindo os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.....	8
4 - Fluxos de caixa.....	9
4.1 - Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso.....	9
4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.....	9
4.3 - Outras informações.....	9
5 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	9
5.1 - Erros materiais de períodos anteriores.....	9
6 - Partes relacionadas.....	10
6.1 - Identificação das partes relacionadas.....	10
6.1.1 - Entidades participantes.....	10
6.1.1.1 - Participação no capital social da entidade.....	10
6.1.1.2 - Entidades que participam diretamente no capital da entidade.....	10
6.2 - Transações entre partes relacionadas.....	10
6.2.1 - Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte:.....	10
7 - Ativos intangíveis.....	11
7.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis.....	11
7.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:.....	11
7.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:.....	11
7.2 - Outras informações.....	12
8 - Ativos fixos tangíveis.....	12
8.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.....	12
8.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:.....	12

8.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:.....	13
9 - Imparidade de ativos.....	14
9.1 - Perdas por imparidade, por classes de ativos:.....	14
10 - Inventários.....	14
10.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.....	14
10.2 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.....	15
10.2.1 - Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:.....	15
11 - Rédito.....	15
11.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.....	15
11.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:.....	15
12 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	16
12.1 - Política contabilística adotada para os subsídios das entidades públicas.....	16
12.2 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:.....	16
13 - Acontecimentos após a data do balanço.....	17
13.1 - Autorização para emissão.....	17
13.2 - Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos.....	17
14 - Impostos e contribuições.....	17
14.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento:.....	17
14.2 - Imposto diferido e corrente reconhecido nos resultados e em capitais próprios, conforme quadro seguinte.....	17
14.3 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições.....	17
15 - Instrumentos financeiros.....	18
15.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.....	18
15.2 - Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:.....	18
15.3 - Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.....	19
16 - Benefícios dos empregados.....	19
16.1 - Número médio de empregados e gastos de pessoal.....	19
16.1.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas.....	19
16.1.2 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade.....	19
17 - Divulgações exigidas por diplomas legais.....	20

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

17.1 - Informação por atividade económica.....	20
17.2 - Informação por mercado geográfico.....	20
17.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais.....	21
18 - Outras informações.....	21
18.1 - Proposta de aplicação de resultados (ou, se aplicável, a aplicação dos resultados).....	21
18.2 - Nota sobre Passivos Contingentes.....	22
18.3 - Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.....	22
19 - Divulgações adicionais para as entidades de interesse público.....	22
19.1 - Honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.....	22

1 - Identificação da entidade e período de relato

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: TURIPENHA - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL.
Número de matrícula no registo comercial: 502301007
Endereço eletrónico: geral@turipenha.pt
Página da internet: www.turipenha.pt

1.2 - Sede

Lugar da sede social: Estaç. Inferior Teleférico - R. Aristides Sousa Mend 37 - Costa - Guimarães

1.3 - Natureza da atividade

Natureza da atividade: Outros transportes terrestres de passageiros diversos, n.e

Outras actividades: " Serviços de gestão, controle, vigilância e limpeza do parque de campismo da Penha"

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2022 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

O presente documento de prestação de contas é efetuado no mesmo regime contabilístico prestado relativamente às contas de 2021.

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pela NCRF.

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2022 são integralmente comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 25000 euros, e à taxa de 21% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas e com base na taxa de IRC aplicável ao próximo período económico.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes e outros créditos a receber

As contas de "Clientes" e "Outros créditos a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expetativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras dívidas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorre o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2 - Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Direção da Cooperativa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultados de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis;
- Registo de perdas por imparidade;
- Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

4 - Fluxos de caixa

4.1 - Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todos os valores inscritos nas rubricas de Caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Caixa e equivalentes - desagregação:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	3.762,44	0,00	822,55	2.939,89
Depósitos à ordem	662.006,54	455.216,20	0,00	1.117.222,74
Total	665.768,98	455.216,20	822,55	1.120.162,63

Caixa e equivalentes - desagregação - Quadro Comparativo (Dez 2021):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	3.465,59	296,85	0,00	3.762,44
Depósitos à ordem	813.972,75	0,00	151.966,21	662.006,54
Total	817.438,34	296,85	151.966,21	665.768,98

4.3 - Outras informações

Caixa e equivalentes - informações adicionais :

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Recebimentos provenientes de:		
Indemnizações seguros não vida	1.092,87	0,00
Subsídios à exploração	74.021,56	145.401,49
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Multas e outras penalidades contratuais (dec. tribunal)	0,00	0,00
Pagamentos provenientes de:		
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Multas e outras penalidades contratuais (dec. tribunal)	0,00	0,00
Caixa e equivalentes não disponíveis para uso	0,00	0,00

5 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1 - Erros materiais de períodos anteriores

Foi reconhecida, no período de 2016, uma Perda Por Imparidade em AFT no valor de 874.501,04 euros, que se estima ter ocorrido em exercícios anteriores ao ano 2015.

Foi também reconhecido um ativo por impostos diferidos relativo à perda registada, uma vez que esta gerará uma redução da base tributável em anos futuros.

[Handwritten signatures and initials]

6 - Partes relacionadas

6.1 - Identificação das partes relacionadas

6.1.1 - Entidades participantes

6.1.1.1 - Participação no capital social da entidade

Grupo - Tipologia dos detentores de capital:

Descrição	Percentagem
Outros	100,0000%
Total	100,0000%

Município de Guimarães - 83,29%

Outros - 16,71%

6.1.1.2 - Entidades que participam diretamente no capital da entidade

NIF	505948605
LEI	
Denominação	Município de Guimarães
Sede (País)	PT
CAE	
Part. direta capital (%)	83,2900%
Part. direta direitos voto (%)	0,0000%
Data de início da participação	
Data de fim da participação	

6.2 - Transações entre partes relacionadas

6.2.1 - Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte:

Partes relacionadas - saldos e transações intragrupo:

Descrição	Outras partes relac.
SALDOS PENDENTES	
Conta de clientes	36,00
Conta de fornecedores	0,00
Conta de pessoal	0,00
Conta de outros devedores e credores	0,00
Conta de diferimentos	0,00
VALOR DAS TRANSAÇÕES	
Vendas	0,00
Prestações de serviços	133,50
Compras	0,00
Aquisições de serviços	264,48

[Handwritten signatures and initials]

Partes relacionadas - saldos e transações intragrupo - Quadro Comparativo (Dez 2021):

Descrição	Outras partes relac.
SALDOS PENDENTES	
Conta de clientes	0,00
Conta de fornecedores	0,00
Conta de outros devedores e credores	0,00
Conta de diferimentos	0,00
VALOR DAS TRANSAÇÕES	
Prestações de serviços	117,00
Compras	0,00
Aquisições de serviços	151,13
Gastos financeiros	0,00

7 - Ativos intangíveis

7.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

7.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Direção da Cooperativa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultados de uma informação ou experiência adquirida.

A. Intangíveis - Bases mensuração e métodos depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Programas de computadores	Modelo do custo	método da linha recta	3-5	33,33
Outros ativos intangíveis	Modelo do custo	método da linha recta	30	3,33

7.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Ativos intangíveis - movimentos do período:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período	0,00	0,00	16.672,40	2.937,92	394.056,00	0,00	0,00	413.666,32
Amortizações acumuladas totais no fim do período	0,00	0,00	16.672,42	0,00	131.350,70	0,00	0,00	148.023,12
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido no fim do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início	0,00	0,00	16.672,40	2.937,92	394.056,00	0,00	0,00	413.666,32
Amortizações acumuladas	0,00	0,00	16.672,42	0,00	118.215,63	0,00	0,00	134.888,05
Saldo no início do período	0,00	0,00	-0,02	2.937,92	275.840,37	0,00	0,00	278.778,27
Variáveis do período	0,00	0,00	0,00	0,00	-13.135,07	0,00	0,00	-13.135,07
Total de aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações do período	0,00	0,00	0,00	0,00	13.135,07	0,00	0,00	13.135,07
Total diminuições	0,00	0,00	0,00	0,00	13.135,07	0,00	0,00	13.135,07
Saldo no final do período	0,00	0,00	-0,02	2.937,92	262.705,30	0,00	0,00	265.643,20

Ativos intangíveis - movimentos do período - Quadro Comparativo (Dez 2021):

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período	0,00	0,00	16.672,40	2.937,92	394.056,00	0,00	0,00	413.666,32
Amortizações acumuladas totais no fim do período	0,00	0,00	16.672,42	0,00	118.215,63	0,00	0,00	134.888,05
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido no fim do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início	0,00	0,00	16.672,40	2.937,92	394.056,00	0,00	0,00	413.666,32
Amortizações acumuladas	0,00	0,00	16.147,42	0,00	105.080,56	0,00	0,00	121.227,98
Saldo no início do período	0,00	0,00	524,98	2.937,92	288.975,44	0,00	0,00	292.438,34
Variáveis do período	0,00	0,00	-525,00	0,00	-13.135,07	0,00	0,00	-13.660,07
Total de aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações do período	0,00	0,00	525,00	0,00	13.135,07	0,00	0,00	13.660,07
Total diminuições	0,00	0,00	525,00	0,00	13.135,07	0,00	0,00	13.660,07
Saldo no final do período	0,00	0,00	-0,02	2.937,92	275.840,37	0,00	0,00	278.778,27

7.2 - Outras informações

A rubrica Outros Ativos Intangíveis tem registado o direito de superfície do terreno da estação inferior, concedido pelo Município de Guimarães pelo prazo de 30 anos inteiros e consecutivos, renovável por iguais períodos, contados a partir da data da assinatura da escritura (seis de Novembro de dois mil e doze).

8 - Ativos fixos tangíveis

8.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

8.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o constante dos quadros a seguir; de referir que a empresa reconheceu em 2016 uma perda por imparidade em AFT, por contrapartida de resultados transitados, uma vez que a referida perda ocorreu em períodos anteriores.

AFT - Bases mensuração e métodos depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Edifícios e outras construções	Modelo do custo	método da linha recta		2,38 - 6,67
Equipamento básico	Modelo do custo	método da linha recta		4,00 - 20,00
Equipamento de transporte	Modelo do custo	método da linha recta		0,00
Equipamento administrativo	Modelo do custo	método da linha recta		10,00 - 25,00
Equipamentos biológicos	n.a.			
Outros activos fixos tangíveis	Modelo do custo	método da linha recta		5,00 - 10,00

8.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	0,00	1.193.822,09	4.929.402,85	18.349,79	67.860,77	0,00	88.902,77	0,00	0,00	6.298.338,27
Depreciações acumuladas	0,00	680.116,67	3.271.342,27	18.349,79	51.174,63	0,00	79.097,13	0,00	0,00	4.100.080,49
Imparidades acumuladas	0,00	215.128,37	649.615,41	0,00	0,00	0,00	9.757,26	0,00	0,00	874.501,04
Saldo no início do período	0,00	298.577,05	1.008.445,17	0,00	16.686,14	0,00	48,38	0,00	0,00	1.323.756,74
Variações do período	0,00	-31.329,10	-187.739,18	0,00	-2.484,24	0,00	-24,20	0,00	0,00	-221.576,72
Total de aumentos	0,00	0,00	609,73	0,00	1.920,45	0,00	0,00	0,00	0,00	2.530,18
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	609,73	0,00	1.920,45	0,00	0,00	0,00	0,00	2.530,18
Total diminuições	0,00	31.329,10	188.762,13	0,00	5.716,14	0,00	24,20	0,00	0,00	225.831,57
Depreciações do período	0,00	31.329,10	188.348,91	0,00	4.207,56	0,00	24,20	0,00	0,00	223.909,77
Abates	0,00	0,00	413,22	0,00	1.508,58	0,00	0,00	0,00	0,00	1.921,80
Outras transferências	0,00	0,00	413,22	0,00	1.311,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.724,67
Saldo no fim do período	0,00	267.247,95	820.705,99	0,00	14.201,90	0,00	24,18	0,00	0,00	1.102.180,02
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>0,00</i>	<i>1.193.822,09</i>	<i>4.929.599,36</i>	<i>18.349,79</i>	<i>68.272,64</i>	<i>0,00</i>	<i>88.902,77</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>6.298.946,65</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>	<i>0,00</i>	<i>926.574,14</i>	<i>4.108.893,37</i>	<i>18.349,79</i>	<i>54.070,74</i>	<i>0,00</i>	<i>88.878,59</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>5.196.766,63</i>

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período - Quadro Comparativo (Dez 2021):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	0,00	1.193.822,09	4.624.465,97	18.349,79	60.916,96	0,00	88.902,77	1.200,00	0,00	5.987.657,58
Depreciações acumuladas	0,00	648.787,57	3.082.978,43	18.349,79	49.279,53	0,00	79.072,93	0,00	0,00	3.878.468,25
Imparidades acumuladas	0,00	215.128,37	649.615,41	0,00	0,00	0,00	9.757,26	0,00	0,00	874.501,04
Saldo no início do período	0,00	329.906,15	891.872,13	0,00	11.637,43	0,00	72,58	1.200,00	0,00	1.234.688,29
Variações do período	0,00	-31.329,10	116.573,04	0,00	5.048,71	0,00	-24,20	-1.200,00	0,00	89.068,45
Total de aumentos	0,00	0,00	304.936,88	0,00	8.818,63	0,00	0,00	0,00	0,00	313.755,51
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	304.936,88	0,00	8.818,63	0,00	0,00	0,00	0,00	313.755,51
Total diminuições	0,00	31.329,10	188.363,84	0,00	3.769,92	0,00	24,20	1.200,00	0,00	224.687,06
Depreciações do período	0,00	31.329,10	188.363,84	0,00	3.523,09	0,00	24,20	0,00	0,00	223.240,23
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	1.874,82	0,00	0,00	0,00	0,00	1.874,82
Outras diminuições	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.627,99	0,00	0,00	1.200,00	0,00	-427,99
Saldo no fim do período	0,00	298.577,05	1.008.445,17	0,00	16.686,14	0,00	48,38	0,00	0,00	1.323.756,74
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>0,00</i>	<i>1.193.822,09</i>	<i>4.929.402,85</i>	<i>18.349,79</i>	<i>67.860,77</i>	<i>0,00</i>	<i>88.902,77</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>6.298.338,27</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>	<i>0,00</i>	<i>895.245,04</i>	<i>3.920.957,68</i>	<i>18.349,79</i>	<i>51.174,63</i>	<i>0,00</i>	<i>88.854,39</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>4.974.581,53</i>

9 - Imparidade de ativos

9.1 - Perdas por imparidade, por classes de ativos:

De referir que a empresa reconheceu em 2016 uma perda por imparidade em AFT, por contrapartida de resultados transitados, uma vez que a referida perda ocorreu em períodos anteriores.

Imparidades por tipos de ativos:

Descrição	Perdas imparidade rec.em gastos	Perdas imparidade rec.em capitais próprios	Total perdas imparidade	Rev. Perdas imp. Rec.em gastos	Rev. Perdas imp. Rec.em capitais próprios	Total reversão perdas imparidade
Ativos fixos tangíveis	0,00	874.501,04	874.501,04	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	874.501,04	874.501,04	0,00	0,00	0,00

Imparidades por tipos de ativos - Quadro Comparativo (Dez 2021):

Descrição	Perdas imparidade rec.em gastos	Perdas imparidade rec.em capitais próprios	Total perdas imparidade	Rev. Perdas imp. Rec.em gastos	Rev. Perdas imp. Rec.em capitais próprios	Total reversão perdas imparidade
Ativos fixos tangíveis	0,00	874.501,04	874.501,04	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	874.501,04	874.501,04	0,00	0,00	0,00

10 - Inventários

10.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efectuar a sua

venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença.

10.2 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

10.2.1 - Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Inventários - movimentos e informações adicionais:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	23,91	0,00	23,91	30,39	0,00	30,39
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	23,91	0,00	23,91	30,39	0,00	30,39
OUTRAS INFORMAÇÕES						

11 - Rédito

11.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O reconhecimento do rédito das prestações de serviço depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade

11.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

No exercício de 2022 a rubrica 72 - Prestações de Serviços no valor total de euros 784.546,66 (valor sem IVA) refere-se:

Receitas do Teleférico: 713.600,00 (2022) 480.699,26 (2021) - 285.724,16 (2020) 9.279,11 (2019) - 550.937,92 (2018)

Parque de Campismo: 70.946,66 (2022) 36.119,70 (2021) - 30.823,17 (2020) 58.265,06 (2019) - 62.472,81 (2018)

na rubrica 7812 - Rendimentos Suplementares - Aluguer de equipamento no valor de 23.328,87 euros refere-se aos alugueres dos espaços comerciais.

Rédito - informação por naturezas:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	31,88	0,00
Prestação de serviços	784.546,66	516.818,96
Outros réditos	24.431,74	0,00
Total	809.010,28	516.818,96

12 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

12.1 - Política contabilística adotada para os subsídios das entidades públicas

12.2 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

Um subsídio do Governo é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Em 2022, o subsídio à exploração atribuído pelo Município de Guimarães através de contrato-programa, destina-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento da exploração do parque de campismo da Penha e do teleférico, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Subsídios - informações detalhadas:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent. - Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent. - Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	74.021,56	74.021,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor dos reembolsos efetuados no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	74.021,56	74.021,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Subsídios - informações detalhadas - Quadro Comparativo (Dez 2021):

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent. - Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent. - Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	145.401,49	145.401,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor dos reembolsos efetuados no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	145.401,49	145.401,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Os Subsídios à exploração contabilizados no corrente exercício no montante de 74.021,56 euros, referem-se: valor faturado ao Município de Guimarães dos contratos-programa celebrados para a exploração do parque de campismo do ano de 2022 - valor 73.573,56

IEFP - valor de 448,00 euros

13 - Acontecimentos após a data do balanço

13.1 - Autorização para emissão

- Data de autorização para emissão das demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direcção da Turipenha e autorizadas para emissão em reunião de direcção do dia 8 de Março de 2023.

13.2 - Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

- Acontecimentos após a data do balanço
Entre a data de reporte das Demonstrações financeiras (31/12/2022) e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram factos relevantes que justifiquem alterações às demonstrações financeiras do período.

14 - Impostos e contribuições

14.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento:

Impostos - componentes:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	184.033,46	2.019,07
Imposto corrente	9.467,47	298,19
Imposto diferido	1.693,30	1.693,30
Imposto sobre o rendimento do período	11.160,77	1.991,49
Tributações autónomas	97,23	185,81
Taxa efetiva de imposto	6,06	98,63

14.2 - Imposto diferido e corrente reconhecido nos resultados e em capitais próprios, conforme quadro seguinte

Impostos - correntes e diferidos reconhecidos no período:

Descrição	Resultados	Capitais próprios	Total	Resultados Per. Anterior	Cap. Próprios Per. Anterior	Total Período Anterior
Imposto do período	11.160,77	0,00	11.160,77	1.991,49	0,00	1.991,49
Gastos (rendimentos) de impostos reconhecidos no período e anteriormente reconhecidos como impostos diferidos provenientes de:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos (rendimentos) de impostos não reconhecidos anteriormente como impostos diferidos:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos do período - discriminação:						
Imposto diferido	1.693,30	0,00	1.693,30	1.693,30	0,00	1.693,30
Imposto corrente	9.467,47	0,00	9.467,47	298,19	0,00	298,19

Foi efetuada a reversão do A.I.D. no valor de 1.693,30 euros relativa à perda por imparidade (2016)

14.3 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	0,00	9.467,47	0,00	298,19
Imposto estimado	0,00	9.467,47	0,00	298,19
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	3.133,90	0,00	3.266,25
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	152.501,72	0,00	179.504,87	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	9.323,47	0,00	9.531,10
Outras tributações	0,00	61,17	0,00	60,03
Total	152.501,72	21.986,01	179.504,87	13.155,57

15 - Instrumentos financeiros

15.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

A empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento financeiro.

Os instrumentos de capital próprio são reconhecidos no capital próprio quando a entidade emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a entregar dinheiro ou outro recurso em troca dos referidos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo, exceto os instrumentos financeiros negociados em mercado regulamentado que são mensurados ao justo valor, com as alterações do justo valor reconhecidas em resultados.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela própria entidade são mensurados pelo dinheiro recebido ou pelo justo valor dos recursos recebidos.

À data de cada relato, a empresa avalia a existência de eventuais imparidades nos ativos financeiros mensurados ao custo ou custo amortizado. Se existir uma evidência objetiva de imparidade a empresa reconhece uma perda por imparidade.

15.2 - Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	14.257,04	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	14.108,05	0,00	0,00
Outras contas a receber	0,00	0,00	148,99	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	221.885,83	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	31.712,59	0,00	0,00
Outras contas a pagar	0,00	0,00	190.173,24	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	-2.596,08	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-2.596,08	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação - Quadro Comparativo (Dez 2021):

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	23.233,33	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	15.808,53	0,00	0,00
Outras contas a receber	0,00	0,00	7.424,80	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	218.829,41	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	28.015,47	0,00	0,00
Outras contas a pagar	0,00	0,00	190.813,94	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	-1.578,04	0,00	0,00
De ativos financeiros	0,00	0,00	-0,05	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-1.577,99	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

15.3 - Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

Em 31 de Dezembro de 2022 a TURIPENHA detêm o capital social de 4.209.876,88 euros, estando por realizar parte deste capital no montante de 193,26 euros.

Neste exercício de 2022 verificou-se o reembolso de Capital a cooperante no valor de 2.500,00 euros.

16 - Benefícios dos empregados

16.1 - Número médio de empregados e gastos de pessoal

16.1.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas:

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	17,00	29.877,00	17,00	27.766,00
Pessoas remuneradas	17,00	29.877,00	17,00	27.766,00
Pessoas não remuneradas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	17,00	29.877,00	17,00	27.766,00
Pessoas a tempo completo	17,00	29.877,00	17,00	27.766,00
(das quais pessoas remuneradas)	17,00	29.877,00	17,00	27.766,00
Pessoas em tempo parcial	0,00	0,00	0,00	0,00
(das quais pessoas remuneradas)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	17,00	29.877,00	17,00	27.766,00
Masculino	10,00	17.808,00	10,00	15.627,00
Feminino	7,00	12.069,00	7,00	12.139,00

16.1.2 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Os benefícios de empregados são todas as formas de remuneração dadas pela entidade em troca dos serviços prestados pelos empregados e incluem:

1) benefícios a curto prazo, pagáveis na totalidade num prazo de 12 meses e registados como gastos do período em que nasce a obrigação de pagamento.

2) Não é previsível que ocorram outras situações para os anos futuros a não ser que haja qualquer imponderável ou imprevisto.

3) Não são aplicáveis aqui quaisquer outros benefícios que sejam de relevar nesta informação.

O direito às férias e subsídio de férias dos empregados vence-se no final de cada ano, sendo pago no período seguinte. No entanto,

o gasto correspondente é reconhecido no período em que se venceram e o serviço foi prestado por contrapartida de outras contas a pagar
Não foram assumidos quaisquer valores relativos à Direcção da Turipenha nem a outro órgão da entidade.

Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	328.047,96	316.054,27
Remunerações do pessoal	269.278,18	259.894,91
Encargos sobre as remunerações	54.618,67	52.950,39
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	2.929,14	2.652,70
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	1.221,97	556,27

17 - Divulgações exigidas por diplomas legais

17.1 - Informação por atividade económica

Informação por CAE:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	49392	
Vendas	31,88	31,88
De mercadorias	31,88	31,88
Prestações de serviços	784.546,66	784.546,66
Compras	23,91	23,91
Fornecimentos e serviços externos	130.586,42	130.586,42
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	23,91	23,91
Mercadorias	23,91	23,91
Número médio de pessoas ao serviço	17,00	17,00
Gastos com o pessoal	328.047,96	328.047,96
Remunerações	269.278,18	269.278,18
Outros gastos	58.769,78	58.769,78
Ativos fixos tangíveis	1.102.180,02	1.102.180,02
Valor líquido final	2.530,18	2.530,18
Total das aquisições		
Propriedades de investimento		

Informação por CAE - Quadro Comparativo (Dez 2021):

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	49392	
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	516.818,96	516.818,96
Compras	30,39	30,39
Fornecimentos e serviços externos	135.228,30	135.228,30
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	30,39	30,39
Mercadorias	30,39	30,39
Número médio de pessoas ao serviço	17,00	17,00
Gastos com o pessoal	316.054,27	316.054,27
Remunerações	259.894,91	259.894,91
Outros gastos	56.159,36	56.159,36
Ativos fixos tangíveis	1.323.756,74	1.323.756,74
Valor líquido final	313.755,51	313.755,51
Total das aquisições		
Propriedades de investimento		

17.2 - Informação por mercado geográfico

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'HU', 'it', 'S', and 'AN'.

Informação por mercado:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	31,88	0,00	0,00	31,88
Prestações de serviços	784.546,66	0,00	0,00	784.546,66
Compras	23,91	0,00	0,00	23,91
Fornecimentos e serviços externos	123.419,85	7.166,57	0,00	130.586,42
Aquisições de ativos fixos tangíveis	2.530,18	0,00	0,00	2.530,18
Rendimentos suplementares:	23.328,87	0,00	0,00	23.328,87
Aluguer de equipamento	23.328,87	0,00	0,00	23.328,87

Informação por mercado - Quadro Comparativo (Dez 2021):

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Prestações de serviços	516.818,96	0,00	0,00	516.818,96
Compras	30,39	0,00	0,00	30,39
Fornecimentos e serviços externos	129.715,52	5.512,78	0,00	135.228,30
Aquisições de ativos fixos tangíveis	313.755,51	0,00	0,00	313.755,51
Rendimentos suplementares:	23.132,39	0,00	0,00	23.132,39
Aluguer de equipamento	21.712,60	0,00	0,00	21.712,60
Outros rendimentos suplementares	1.419,79	0,00	0,00	1.419,79

17.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Turipenha apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças (AT), tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A Turipenha apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

- Prémios sobre os resultados com base em quotas

A Entidade não distribuiu qualquer prémio sobre os resultados com base em quotas, conforme resulta da proposta de aplicação dos resultados do órgão de gestão.

- Quotas próprias

A Entidade não detém quotas próprias, nem efetuou quaisquer transações com quotas próprias durante o período económico a que respeitam as demonstrações financeiras.

18 - Outras informações

18.1 - Proposta de aplicação de resultados (ou, se aplicável, a aplicação dos resultados)

A Direção da TURIPENHA propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido positivo do período findo em 31 de Dezembro de 2022, no montante de euros 172.872,69 (cento e setenta e dois mil euros e sessenta e nove cêntimos) seja transferido para a conta de resultados transitados.

18.2 - Nota sobre Passivos Contingentes

Nota sobre passivos contingentes:

A 31.12.2021, a Turipenha tinha um processo (P n.º 5108/21.6T8GMR), pendente no Tribunal do Trabalho de Guimarães, que iniciou a 01.10.2021, em que o Autor reclama a quantia de 15.544,00.

Por decisão do Tribunal de 4 de Abril de 2022, a Turipenha pagou 4.250,00 euros sendo 2.500, euros de reembolso de Capital social e 1.750,00 euros a título de compensação global pela cessação do contrato de trabalho.

18.3 - Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	43,64	254,73
Serviços especializados	61.763,44	75.356,30
Trabalhos especializados	8.666,86	10.120,02
Publicidade e propaganda	2.255,80	402,18
Vigilância e segurança	503,52	11.161,30
Honorários	23.931,73	18.302,00
Comissões	18,00	3,30
Conservação e reparação	26.150,03	35.367,50
Outros	237,50	0,00
Materiais	5.156,20	3.383,48
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	733,66	667,11
Livros e documentação técnica	0,00	374,01
Material de escritório	4.422,54	1.981,05
Artigos para oferta	0,00	201,86
Outros	0,00	159,45
Energia e fluidos	34.568,73	28.522,67
Eletricidade	24.901,93	19.869,18
Combustíveis	2.760,63	2.006,47
Água	6.906,17	6.647,02
Deslocações, estadas e transportes	25,40	69,00
Deslocações e estadas	25,40	69,00
Serviços diversos	29.029,01	27.642,12
Comunicação	2.220,27	2.386,85
Seguros	9.754,99	9.612,96
Contencioso e notariado	25,00	0,00
Despesas de representação	117,00	81,50
Limpeza, higiene e conforto	16.881,75	15.520,81
Outros serviços	30,00	40,00
Total	130.586,42	135.228,30

19 - Divulgações adicionais para as entidades de interesse público

19.1 - Honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas

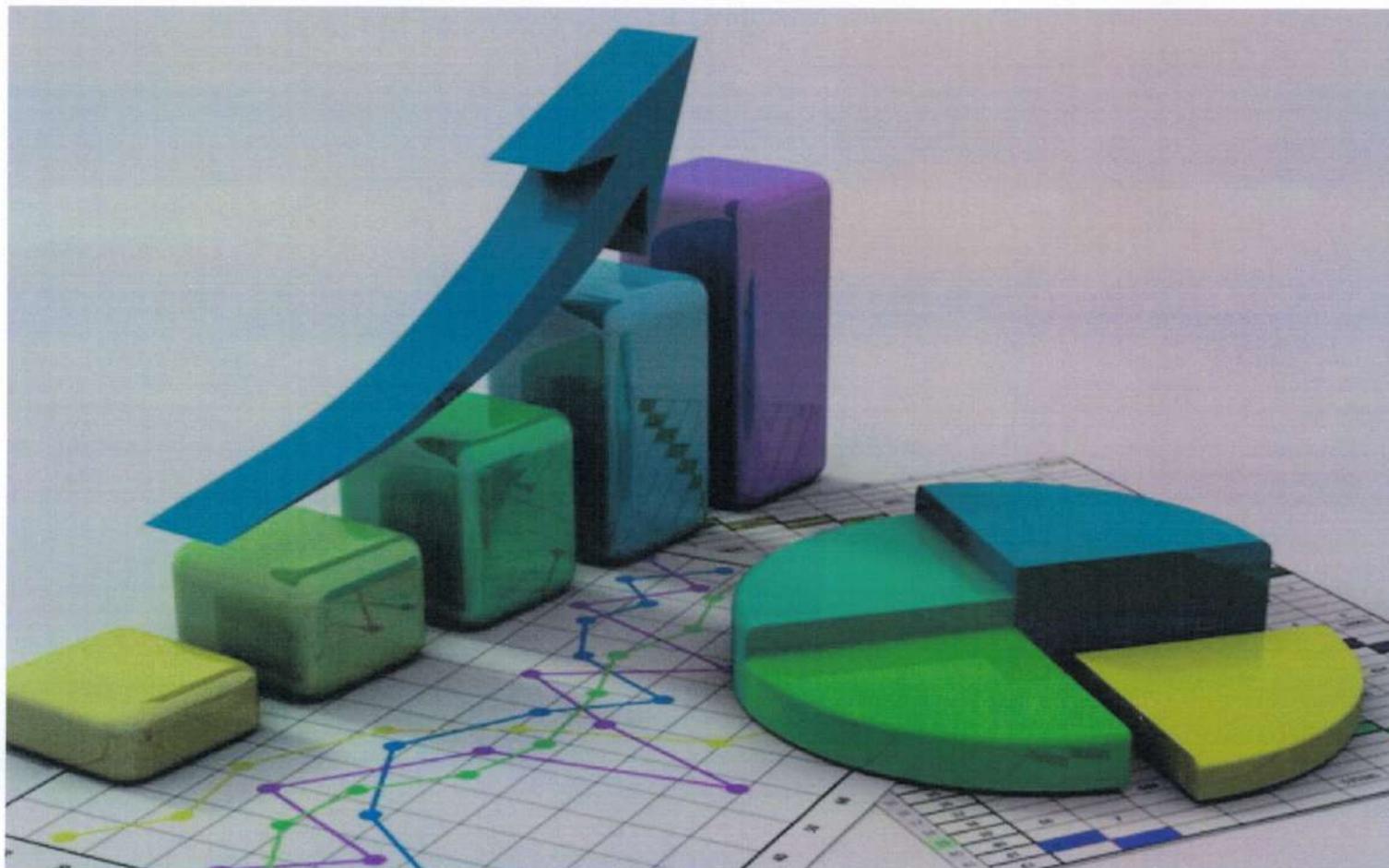
Honorários pagos ao ROC, conforme previsto no artigo 66.º-A do CSC

Honorários totais facturados durante o exercício financeiro de 2022 pela sociedade de revisores oficiais de contas Armindo Costa, Serra Cruz, Martins & Associados, NIPC 502154870, relativamente à revisão legal das contas anuais: 4.200,00 euros valor sem IVA.



Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL

Handwritten signature or initials in blue ink.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Turipenha

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 2.719.885 euros e um total de capital próprio de 2.476.013 euros, incluindo um resultado líquido de 172.873 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades. O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a

auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Braga, 08 março, 2023

ARMINDO COSTA, SERRA CRUZ, MARTINS E ASSOCIADOS, SROC.

(inscrita na CMVM sob o n.º 20161397)

Representada por:



(Diana Rosa Matos Fernandes da Costa - ROC n.º 1212, n.º CMVM 20160823)



Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL

Handwritten signatures and initials in blue ink.



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Turipenha



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Cooperantes,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, designadamente nos termos do Art.38º dos Estatutos em vigor e da alínea e) do Art.53º do Código Cooperativo, compete ao Conselho Fiscal elaborar o parecer sobre os documentos de prestação de contas da TURIPENHA – Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Nessa medida, tendo por consideração a análise efetuada aos documentos de prestação de contas apresentados pela Direção, bem como aos mapas que serviram de base, entendemos que estes refletem com exatidão a situação da Cooperativa e satisfazem as disposições legais e estatutárias exigidas.

Pelo acima exposto, somos de parecer que seja aprovado o Balanço e Relatório e Contas do exercício de 2022.

Guimarães, 09 de março de 2023

O Conselho Fiscal

O Presidente:



Os Vogais:





Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL

Handwritten notes in blue ink, including a checkmark and some illegible text.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTANTES

Turipenha

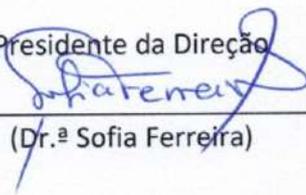


Turipenha - Cooperativa Turismo de Interesse Público, CRL

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Direção da Turipenha, reunida no passado dia 08 de março, deliberou aprovar por unanimidade o Balanço e Relatório e Contas relativo ao Exercício de 2022 e propor aos Exmos. Senhores Cooperantes, reunidos hoje em Assembleia-Geral Ordinária, que o Resultado Líquido do Exercício, positivo, no valor de **172.872,69€ (cento e setenta e dois mil, oitocentos e setenta e dois euros e sessenta e nove cêntimos)**, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Presidente da Direção



(Dr.ª Sofia Ferreira)

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA

A Assembleia-Geral de Cooperantes da Turipenha, reunida em sessão ordinária em 16 de março de 2023, deliberou aprovar por unanimidade/maioria, o Relatório e Contas relativas ao exercício de 2022. Mais deliberou por unanimidade/maioria a presente proposta de aplicação de resultados

O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral
